

Os tambores da guerra estão batendo na Europa



Por **MIGUEL URBÁN, ERIC TOUSSAINT e PAUL MURPHY***

As elites europeias aproveitam a situação atual para lançar uma nova fase do projeto europeu, com o objetivo de instaurar um federalismo oligárquico e tecnocrático

Nesta semana, vê-se o fim do mandato de uma legislatura europeia ineficaz que serviu durante a pior pandemia deste século, assim como durante a invasão da Ucrânia por Vladimir Putin. Vê-se, assim, a continuidade de uma guerra em solo europeu que evoca as piores memórias das guerras mundiais do século passado. E, enquanto assistimos ao genocídio televisionado do povo palestino, parece que o sistema internacional de governança liberal está entrando em colapso como um castelo de cartas.

É pouco provável que a próxima legislatura melhore o continente e o mundo; ao contrário, ela talvez acelere os processos mais danosos: a ascensão da extrema-direita, a remilitarização, o regresso da austeridade, o racismo, a xenofobia, o neocolonialismo e uma desordem global marcada por conflitos interimperialistas.

O início da última legislatura não parecia prenunciar esta situação. Na verdade, começou com uma declaração “histórica” de emergência climática^[1] do Parlamento Europeu, que exigiu que a Comissão Europeia alinhasse todas as suas propostas com o objetivo de limitar o aquecimento global a 1,5°C. Era preciso reduzir as emissões em pelo menos 55% até 2030 para alcançar a chamada neutralidade de carbono até 2050. Surgiu, em adição, uma justificação política e democrática para o Pacto Ecológico Europeu. No entanto, é fundamental lembrar que esta proclamação não teria sido possível sem as massivas mobilizações de justiça climática lideradas pela juventude em vários países europeus e em outros lugares, nos meses que antecederam as eleições europeias de 2019.

Acima de tudo, desde a crise de 2008, a falta de um projeto político europeu para além da busca do lucro máximo para as empresas privadas, a constitucionalização do neoliberalismo e o estabelecimento de um modelo de autoridade burocrática imune à vontade popular, corroeram o apoio popular à UE, ameaçando sua legitimidade e até mesmo sua integridade. Nesse sentido, o Pacto Ecológico Europeu parecia justificar-se pela urgência de infundir renovada legitimidade política e social ao projeto europeu neoliberal, pintando-o de verde.

No entanto, o relativo hiato pós-austeridade durante a pandemia de Covid não resultou em um afastamento das políticas neoliberais da UE. Diante da emergência sanitária e dos efeitos da pandemia, a UE não conseguiu desenvolver uma resposta de saúde comum. Surgiu apenas um centro de compra de vacinas, ao mesmo tempo em que se negava vacinas aos pobres do mundo porque os líderes alemães, noruegueses, suíços e britânicos não renunciariam aos direitos de propriedade intelectual quando solicitados por mais de 100 países entre 2020 e 2022. A UE não aproveitou a situação para reforçar os sistemas de saúde dos estados-membros nem para criar uma empresa farmacêutica pública europeia para fazer face a potenciais futuras epidemias.

Enquanto isso, na frente econômica, os principais governos, a Comissão Europeia e o Banco Central Europeu aumentaram

a terra é redonda

a dívida pública, em vez de financiar uma grande parte do gasto financeiro com receitas fiscais que deveriam ter vindo dos lucros inesperados da Big Pharma, GAFAM e dos bancos, que foram os principais beneficiários de políticas econômicas expansivas durante a crise. Mais uma vez, assistimos à forma como a UE se tornou um projeto bilionário à custa de milhões de pobres.

E, nesse sentido, a pandemia foi o prelúdio para a reavaliação das políticas que iriam acompanhar a declaração de emergência climática aprovada pelo Parlamento. Serviu de catalisador para uma (nova) gigantesca transferência de dinheiro público para o setor privado, com fundos de estímulo sendo usados para apoiar os interesses do grande capital.

Durante todo o tempo, políticos astutos venderam a ideia euro-reformista de que seria inviável prosseguir uma política de não austeridade sem rejeitar definitivamente os tratados europeus e os princípios fundamentais que têm governado a economia europeia nas últimas três décadas. No entanto, isso representou apenas uma ilusão de ótica de “outra saída para a crise” que, na prática, aprofundou excessivamente a especialização produtiva de cada país dentro da UE e, no processo, solidificou as relações hierárquicas entre os países capitalistas centrais em torno da Alemanha, França, os países do Benelux e os países periféricos.

No entanto, se a gestão da pandemia serviu de cobertura para a subsequente “doutrina do choque”, a invasão da Ucrânia por Putin tornou-se o pretexto perfeito tanto para a austeridade total como para a remilitarização da Europa. Não só a UE está se armando com armamento dispendioso porque visa falar a “linguagem dura do poder” num mundo assolado por conflitos cada vez mais intensos devido a recursos escassos.

Além disso, a agenda capitalista europeia mais agressiva também está sendo amplificada sob o pretexto de guerra. Vale tudo quando estamos em guerra – diz-se. Uma excelente ilustração é a rapidez e facilidade com que a composição verde da UE foi jogada pela janela quando, em 2022, a “taxonomia” da Comissão Europeia incluiu o gás metano e a energia nuclear como energia supostamente “verde” sob o pretexto de quebrar a dependência energética da Rússia.

Igualmente dúbia é colocar as responsabilidades de redução de carbono e metano da Europa nas mãos dos mercados financeiros – o Esquema de Comércio de Emissões da UE – cuja compreensão da ameaça de incêndio criminoso planetário é tão frívola que, imediatamente após a invasão de Putin, o preço cobrado pela emissão de uma tonelada de CO₂-equivalente caiu 30% e depois entre fevereiro de 2023 e 2024, o preço caiu pela metade.

As políticas ambientais aprovadas a meio da legislatura incluíram também a estratégia “farm to table”, [\[iii\]](#) um dos pilares do Pacto Ecológico Europeu, que prometia triplicar a área dedicada à agricultura biológica, reduzir para metade os pesticidas e reduzir os fertilizantes químicos em 20% até 2030. Mas isso também se tornou mais uma vítima da guerra na Ucrânia. Tudo é justo quando há guerra – diz-se.

Do mesmo modo, a Comissão Europeia declarou que permitirá a utilização de zonas de “interesse ecológico” e de terras retiradas da produção para aumentar a produção agrícola europeia. Mais uma vez, o argumento é que a segurança alimentar deve prevalecer sobre o avanço da agricultura orgânica. A guerra é novamente usada como justificativa.

Na ausência de ameaças militares tradicionais que justifiquem o aumento das despesas com a defesa, a política de segurança das fronteiras externas da UE transformou-se numa mina de ouro para a indústria europeia de defesa [\[iii\]](#). São as mesmas empresas militares e de segurança que lucram com a venda de armas para o Oriente Médio e a África, alimentando os conflitos que forçam tantas pessoas a fugirem para a Europa em busca de refúgio.

Essas mesmas empresas fornecem aos guardas de fronteira o equipamento necessário, a tecnologia de vigilância de fronteiras e a infraestrutura tecnológica para rastrear os movimentos da população. Emergiu, nas palavras da investigadora francesa Claire Rodier, um “negócio da xenofobia” [\[iv\]](#) que, dada a sua opacidade e margens obscuras, depende cada vez mais de rubricas orçamentais da UE disfarçadas de ajuda ao desenvolvimento ou de “promoção da boa vizinhança”. Na verdade, poder-se-ia dizer que a coisa mais próxima de um exército europeu até à data foi a *Frontex*, a

a terra é redonda

agência responsável por administrar o sistema europeu de vigilância das fronteiras externas como se fosse uma frente militar.

Essa dinâmica é, como argumenta Tomasz Koniecz, inseparável do imperialismo em crise do século XXI, que não é mais simplesmente um fenômeno de pilhagem de recursos, mas também se esforça para bloquear hermeticamente a eclosão de humanidade supérflua que, supostamente, o sistema produz em seus estertores. Assim, a proteção das últimas ilhas relativas de bem-estar é central nas estratégias imperialistas, reforçando as medidas de segurança e controle que alimentam o crescente autoritarismo.^[v]

O endurecimento das leis de migração da UE nas últimas décadas é um excelente exemplo; ele culminou com a ratificação do Pacto Europeu sobre Migração e Asilo em abril de 2024. Esse autoritarismo da escassez está perfeitamente em sintonia com outro processo brutal: o encolhimento do bem-estar econômico que, após décadas de políticas neoliberais, por sua vez cria miséria para amplas camadas da população. Essa sensação de escassez está no cerne da xenofobia do chauvinismo, que se encaixa perfeitamente com a ascensão de um autoritarismo neoliberal cujo slogan é, em essência, “cada um por si!”, mesmo na guerra do último contra o penúltimo.

Além das invasões bárbaras imaginárias^[vi] da Fortaleza Europa e sua deriva autoritária, há agora o perigo do novo imperialismo russo. Nada é mais coeso e legitimador do que um inimigo estrangeiro, quando se trata de construir o projeto neomilitarista europeu; eis que não se trata realmente de defender a Ucrânia, mas sim de apoiar o neoliberalismo autoritário dos líderes europeus. O novo mantra em Bruxelas é que “a Europa está mais unida hoje do que nunca”, uma frase repetida para afastar os fantasmas das crises recentes e demonstrar ao mundo exterior que a Europa tem agora um objetivo político comum.

A remilitarização da Europa é uma aspiração que as elites europeias há muito escondem por detrás de eufemismos como a “bússola estratégica”^[vii] ou a procura de uma maior autonomia estratégica para a UE. Até agora, parecia haver muitos obstáculos para que isso fosse alcançado. A própria presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, perguntou retoricamente em seu discurso sobre o Estado da União de 2021, por que nenhum progresso foi feito até agora em matéria de defesa comum: “o que nos impediu de fazer progressos até agora? Não, não é falta de recursos, mas sim a falta de vontade política”.

É precisamente esta vontade política que parece prevalecer agora desde a invasão da Ucrânia. Essa guerra tornou-se o pretexto perfeito para acelerar a agenda das elites neoliberais da Europa, que já não veem na remilitarização da UE apenas uma tábua de salvação para dissuadir a invasão. Este é, mais abertamente agora, o novo projeto estratégico de integração europeia para complementar o constitucionalismo de mercado que prevaleceu até agora. Quer-se agora uma Europa dos mercados e da “segurança”.

Assim, a policrise global – que está a minar ainda mais o peso geoeconômico e geopolítico da UE – está a provocar novos saltos na sua integração financeira e, por sua vez, militar, em nome da competitividade e em resposta à invasão da Ucrânia. Poucas semanas após a invasão desse país, Von der Leyen disse ao Parlamento Europeu que a UE está mais unida do que nunca e que foram feitos mais progressos em matéria de segurança e defesa comuns “em seis dias do que nas últimas duas décadas”, referindo-se à liberação de 500 milhões de euros em fundos comunitários para o equipamento militar da Ucrânia.

Não se pode negar que as elites europeias estão a usar a guerra na Ucrânia para acelerar a agenda do neoliberalismo, incluindo uma aliança financeira e comercial mais estreita entre elas e, por sua vez, uma remilitarização da UE como um instrumento útil para o seu projeto de uma “Europa do poder”. A integração militar e de segurança visa, obviamente, transformar a economia europeia para a guerra.

Estamos diante de uma verdadeira mudança de paradigma. O Alto Representante da União Europeia para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança, Josep Borrell, defende que a UE “deve aprender rapidamente a falar a língua do

poder” e a “não confiar apenas no soft power como costumávamos fazer”.[\[viii\]](#) Neste sentido, em março de 2022, os estados-membros aprovaram a famosa Bússola Estratégica, um plano de ação para reforçar a política de segurança e defesa da UE até 2030.

Embora a Bússola Estratégica tenha demorado dois anos a ser elaborada, o seu conteúdo foi rapidamente adaptado ao novo contexto aberto pela invasão russa da Ucrânia: “O ambiente de segurança mais hostil exige que se dê um salto quântico em frente e que se aumente a nossa capacidade e vontade de agir, fortalecendo a nossa resiliência e assegurando a solidariedade e a assistência mútua”. A nova estratégia prevê que a defesa europeia já não se baseie na manutenção da paz, mas na segurança nacional-europeia e na proteção das “principais rotas comerciais”. Por outras palavras, o objetivo é proteger os interesses europeus, assegurando a “autonomia estratégica” da UE.

O interesse das elites europeias em falar a linguagem dura do poder está intimamente ligado ao extrativismo neocolonial e “verde” da UE, que visa assegurar o abastecimento de matérias-primas escassas fundamentais para a economia europeia e a sua chamada transição verde, num contexto de crescentes lutas entre velhos e novos impérios. Como diz Mario Draghi: “Em um mundo onde nossos rivais controlam muitos dos recursos de que precisamos, essa agenda tem que ser combinada com um plano para proteger nossa cadeia de suprimentos – de minerais críticos a baterias e infraestrutura de carregamento”.[\[ix\]](#) A remilitarização da Europa é apenas o passo necessário para poder falar a linguagem dura do poder que assegura as matérias-primas e os recursos de que as empresas europeias necessitam.

A Bússola Estratégica afirma repetidamente que “a guerra de agressão da Rússia constitui uma mudança tectônica na história europeia” à qual a UE deve responder. E qual a principal recomendação dessa bússola estratégica? Aumento do gasto, assim como da coordenação militar. Precisamente num contexto em que os orçamentos militares dos Estados-Membros da UE são mais de quatro vezes superiores aos da Rússia e em que as despesas militares europeias tenha triplicado desde 2007.[\[x\]](#)

Este aumento das despesas com a defesa foi confirmado no Conselho Europeu de Versalhes, em março de 2022, quando os Estados-Membros concordaram em investir 2% do seu PIB na defesa.[\[xi\]](#) Este é o maior investimento em defesa na Europa desde a Segunda Guerra Mundial. Pela mesma razão, na cimeira, o Presidente do Conselho, Charles Michel, afirmou sem rodeios que a invasão russa da Ucrânia e a resposta orçamental da UE tinham “confirmado o renascimento da defesa europeia”.

Há apenas dois meses, a Comissão Europeia apresentou a primeira Estratégia Industrial de Defesa.[\[xii\]](#) um conjunto ambicioso de novas ações para apoiar a competitividade e a prontidão da indústria de defesa em toda a União. O principal objetivo é melhorar as capacidades de defesa da União, promovendo a integração das indústrias dos Estados-Membros e reduzindo a dependência da aquisição de armamento for a do continente. Em suma, trata-se de preparar a indústria europeia para a guerra. Como disse Von der Leyen na sessão plenária do Parlamento Europeu, embora “a ameaça de guerra possa não ser iminente, como ela não é impossível”, então “a Europa tem de acordar”.[\[xiii\]](#)

Embora a Bússola Estratégica aumente a autonomia estratégica europeia, o documento admite “quão essencial é a NATO para a defesa coletiva dos seus membros”. Desde a dissolução do Pacto de Varsóvia e a queda do Muro de Berlim, a OTAN tem procurado redefinir-se e adaptar-se a um novo ambiente geopolítico em que a ligação transatlântica parece ter sido ultrapassada.

O próprio presidente francês, Emmanuel Macron, argumentou em 2019 que a ausência de liderança americana estava levando a uma “morte cerebral” da Aliança Atlântica e que a Europa tinha que começar a agir como uma potência estratégica global. Hoje, enquanto os soldados russos invadem a Ucrânia e Moscou ameaça tacitamente usar armas nucleares, a Otan vive um ressurgimento, um retorno à razão de ser e um novo senso de seu propósito existencial.

Na verdade, o próprio Macron deixou a porta aberta para o envio de tropas terrestres da NATO para lutar na Ucrânia: “Faremos todo o possível para evitar que a Rússia vença esta guerra”.[\[xiv\]](#) Além de fornecer a Kiev “mísseis e bombas de

longo alcance”, o que não havia sido feito anteriormente por medo de escalada do conflito, Joe Biden e seus parceiros europeus autorizaram recentemente o uso de seu equipamento militar contra alvos em território russo em uma tentativa de mitigar a ofensiva de Moscou contra Kharkiv. Com o passar dos meses, todas as linhas vermelhas e salvaguardas dos Estados Unidos e da União Europeia se diluem, empurrando-nos progressivamente para mais perto de um confronto armado com soldados da OTAN em solo ucraniano, o que pode levar a uma Terceira Guerra Mundial com cenários completamente desconhecidos e perigosos.

A invasão da Ucrânia por Putin não só permitiu que a opinião pública europeia se unisse em torno de um forte sentimento de insegurança sobre ameaças externas. Em resposta ao apelo da UE ao rearmamento, a ministra da Defesa espanhola, Margarita Robles, afirmou que a sociedade “não está ciente” da “ameaça total e absoluta” da guerra, legitimando o maior aumento de gastos militares desde a Segunda Guerra Mundial. No entanto, também permitiu que a OTAN e o imperialismo norte-americano erodissem qualquer aparência de independência política da UE, restaurando a legitimidade e a unidade há muito perdidas, especialmente após a ocupação fracassada do Afeganistão.

Se a invasão da Ucrânia por Putin rapidamente se tornou um obstáculo para esconder as inseguranças e a dor decorrentes da fragmentação social neoliberal – aumentando exponencialmente os orçamentos de defesa e promovendo a integração europeia baseada na remilitarização –, o mesmo acontece com o apoio ao Estado de Israel na sua punição genocida e coletiva do povo palestino que funciona agora como um acelerador da deriva militarista e belicista da UE.

Os líderes mais poderosos da UE não só aprovam a política do Estado sionista de crimes de guerra contra a população civil de Gaza, como citam um “direito à defesa” inexistente por parte de uma potência ocupante. Também reprimem e tentam banir quaisquer vozes internas que se oponham ao apoio incondicional da UE à ocupação israelita da Palestina e ao genocídio dos habitantes de Gaza. A deriva macartista tem um verdadeiro objetivo: não simplesmente eliminar a solidariedade com a causa palestina, mas disciplinar a população europeia em torno dos interesses geoestratégicos das suas elites, nomeadamente a remilitarização da Europa em torno da guerra na Ucrânia e o apoio incondicional a Israel.

Talvez o único resultado positivo de tudo isto seja podermos finalmente colocar na caixa do lixo todos os chamados “valores europeus” e os “mitos fundadores da paz” que a máquina de propaganda liberal da UE continua a martelar.

Nesse sentido, a construção dos inimigos domésticos como bodes expiatórios para justificar e apoiar modelos cada vez mais repressivos e cerceadores das liberdades gerais, que atingem particularmente minorias consideradas perigosas, desempenha um papel fundamental. E aqui, uma minoria perigosa é qualquer um que não se encaixe no quadro identitário da branquitude cristã europeia.^[xv] Esse quadro identitário tem uma flexibilidade limitada, uma vez que a pertença à comunidade já não depende de uma questão de nascimento, mas sim de um compromisso ideológico com os valores que as elites estipulam como autenticamente europeus.^[xvi]

Assim, um francês não é aquele que nasceu e se criou na França, mas sim aquele que se identifica com uma identidade francesa pré-determinada. Quem rejeita esses ideais franceses perde a identidade francesa, independentemente de onde nasceu, do que está inscrito no passaporte ou se veste a camisa da seleção. Hoje, o pertencimento a uma comunidade nacional está ligado a uma suposta identidade e é cada vez mais pensado em termos etnoculturais e ideológicos.

Nesse contexto, a extrema direita define a agenda e o chamado centro a cumpre, a executa e a normaliza. E isso não é apenas por simples convicção ideológica, mas também por puro interesse estratégico: em sociedades capitalistas que vivem múltiplas e crescentes crises e instabilidades, reforçar a repressão e a segurança torna-se uma forma necessária de seguro de vida econômico. Explorar e explorar medos e inseguranças para construir uma ideologia de segurança dá coerência e identidade ao projeto neoliberal autoritário. As sociedades são reconstruídas e as tensões são contidas pela exclusão e expulsão dos setores mais vulneráveis ou dissidentes.

A extrema-direita está a ganhar uma quota crescente de poder dentro da UE, ao ponto de se tornar um fator fundamental na determinação das maiorias parlamentares no próximo parlamento. De fato, a burocracia eurocrata em Bruxelas,

a terra é redonda

consciente de que necessitará do apoio de parte desta família política para assegurar a governação da UE, iniciou uma campanha para diferenciar entre a “boa extrema-direita” e a “má extrema-direita”, ou seja, entre a extrema-direita que adere inequivocamente à política económica neoliberal, à remilitarização e à subordinação geoestratégica às elites europeias, e a extrema-direita que ainda os questiona, ainda que de forma cada vez mais tímida.

A eurocracia europeia está a planejar dar à extrema-direita um papel específico no governo europeu, enterrando assim todos os tabus e precauções que as democracias ocidentais tomaram contra estes movimentos políticos desde o final da Segunda Guerra Mundial. Tudo isto num contexto em que os tambores da guerra batem nas chancelarias, aproximando-nos perigosamente de um novo confronto militar global, num contexto de emergência climática e de inépcia da governação multilateral e dos sistemas jurídicos internacionais que têm governado a globalização neoliberal nas últimas décadas.

As elites europeias aproveitam a situação para lançar uma nova fase do projeto europeu, com o objetivo de instaurar um federalismo oligárquico e tecnocrático. Pois foi isso que Mario Draghi, ex-diretor-geral do Goldman Sachs na Europa, propôs abertamente em seu recente relatório encomendado por von der Leyen: acelerar a introdução de mecanismos de decisão conjunta para as instituições europeias, promover a união dos mercados de capitais da UE e poder atuar em melhores condições na corrida por uma competitividade cada vez mais intensa com as outras grandes potências; seja em declínio ou em expansão, após o fim da feliz globalização.

Esse perigoso coquetel promete novos conflitos, uma recomposição dos atores, uma ampliação do campo de batalha e, acima de tudo, uma aceleração dos conflitos interimperialistas. Além das avaliações de táticas militares, o que está fora de dúvida é que os vencedores até agora da invasão russa da Ucrânia são: o próprio imperialismo russo, que conseguiu anexar e ocupar parte dos territórios ricos em recursos que Putin há muito cobiça; a NATO, que passou de um estado de “morte cerebral” para a agenda geopolítica mais agressiva da sua história; o velho desejo das elites europeias de usar o militarismo como mecanismo de integração; e as corporações que fabricam a morte, que nunca lucraram tanto.^[xvii] E os principais perdedores, como sempre, são os cidadãos, neste caso o povo ucraniano que, no entanto, continua a resistir à invasão e que merece o nosso apoio, tal como os ativistas russos que estão a combater a guerra de Putin.

Embora o Parlamento Europeu tenha começado a legislatura de 2019 declarando emergência climática, terminou por soar os tambores de guerra nas chancelarias europeias, promovendo uma remilitarização incompatível com qualquer processo de transição ecossocial. Parece que a próxima legislatura assistirá ao regresso das receitas de austeridade, mas desta vez sob o colete-de-forças de um orçamento de defesa expansivo que garantirá a remilitarização da Europa e a reconversão da indústria europeia de armamento. É, portanto, mais necessário do que nunca trabalhar para construir um amplo movimento antimilitarista transnacional para desafiar o plano das elites para uma combinação de austeridade, repressão interna e remilitarização da Europa, governada conjuntamente pelo centro profundo e pela onda reacionária de partidos de extrema-direita.

Para tal, é essencial pôr em causa o conceito de segurança baseado nas despesas com armamento, defesa e infraestruturas militares. Como alternativa, precisamos propor um modelo de segurança antimilitarista que garanta o acesso a um sistema público de saúde funcional, educação, emprego, moradia, energia, melhoria do acesso a serviços sociais que garantam uma vida digna e uma resposta às mudanças climáticas baseada em um horizonte ecossocialista.

Como afirma o manifesto ReCommons Europe, “as forças da esquerda política e social que desejam encarnar uma força de mudança na Europa, com o objetivo de lançar as bases para uma sociedade igualitária baseada na solidariedade, devem adotar imperativamente políticas antimilitaristas. Isto significa lutar não só nas guerras das forças imperialistas europeias, mas também na venda de armas e no apoio a regimes repressivos e belicosos”.^[xviii]

A condenação da invasão russa e a solidariedade para com o povo ucraniano devem integrar intrinsecamente a rejeição do imperialismo russo e a rejeição da remilitarização da UE e do reforço da Aliança Atlântica. Em circunstância alguma, o nosso apoio ao povo ucraniano e a luta contra o imperialismo russo podem parecer subordinados ao nosso próprio imperialismo. Devemos evitar a armadilha binária de ter que apoiar um imperialismo contra outro, aceitando a lógica da

a terra é redonda

Union Sacrée no alvorecer da Primeira Guerra Mundial com novos créditos de guerra.

Como anticapitalistas, nossa tarefa deveria ser justamente quebrar essa dicotomia e adotar uma postura antimilitarista ativa e clara em apoio aos povos ucraniano e russo, criando nosso próprio campo independentemente dos imperialismos conflitantes e defendendo: o direito à objeção de consciência e à deserção ativa de todos os soldados e a ser acolhidos como refugiados políticos; não pagamento da dívida ucraniana; o fim dos ditames neoliberais (por exemplo, do FMI) que empobrecem a Ucrânia; paz sem anexações; a retirada incondicional das tropas russas da Ucrânia; e garantir o direito das pessoas, sem exceção, de decidir livremente o seu futuro.

Sem uma resistência bem-sucedida, as elites da UE continuarão a pôr em causa o modelo social nas próximas décadas. Neste mundo em chamas, o conflito subjacente é entre capital e vida, interesses privados e bens comuns, propriedade e direitos. Nunca conseguiremos empreender uma transição ecológica e social sem combater a doença capitalista do militarismo. Hoje, mais do que nunca, é essencial abrir um novo ciclo de mobilizações capazes de passar do nível nacional para o europeu. Precisamos de quebrar a ilusão euro-reformista da UE para forçar a passagem de um sistema democrático, antineoliberal, antimilitarista, feminista, ecologista-socialista e anticolonial que abra a porta a um novo projeto de integração europeia. Só assim e ali haverá, como insistiu Rosa Luxemburgo: socialmente iguais, humanamente diferentes e totalmente livres.

***Miguel Urbán** *Deputado ao Parlamento Europeu, membro dos Anticapitalistas,*

***Paul Murphy** *Membro fundador da rede internacional CADTM.*

***Eric Toussaint** *é professor na Universidade de Liège. É o porta-voz internacional do Comitê para a abolição das dívidas ilegítimas (CADTM) e deputado do parlamento Irlandês.*

Tradução: **Eleutério F. S. Prado.**

Publicado originalmente no portal [Counterpunch](#).

Notas

[i] <https://www.europarl.europa.eu/news/en/press-room/20191121IPR67110/the-european-parliament-declares-climate-emergency>

[ii] <https://www.consilium.europa.eu/en/policies/from-farm-to-fork/>.

[iii] Para saber mais sobre as políticas europeias de segurança das fronteiras, leia o trabalho do Instituto Transnacional, [Border Wars Os traficantes de armas que lucram com a tragédia dos refugiados na Europa](#).

[iv] Claire Rodier, *Xénophobie business*, Éditions La Découverte, Paris, 2012, https://www.editionsladecouverte.fr/xenophobie_business-9782707174338

[v] Konicz, Thomas (2017). *Ideologias da crise*. Madrid: Enclave de libros

[vi] Os romanos usaram este termo para descrever os povos que viviam for a de suas fronteiras.

[vii] <https://www.consilium.europa.eu/en/infographics/strategic-compass/>

a terra é redonda

[viii] [Vários meios de comunicação – a Europa tem de aprender rapidamente a falar a língua do poder](#)

[ix] <https://geopolitique.eu/en/2024/04/16/radical-change-is-what-is-needed/>

[x] <http://centredelas.org/wp-content/uploads/2021/07/A-militarised-Union-2.pdf>

[xi] <https://www.consilium.europa.eu/media/54773/20220311-versailles-declaration-en.pdf>

[xii] [Primeira estratégia industrial de defesa e um novo programa da indústria de defesa para reforçar a prontidão e a segurança da Europa](#)

[xiii] Discurso da Presidente von der Leyen no Plenário do Parlamento Europeu sobre o reforço da defesa europeia num cenário geopolítico volátil

[xiv] [Macron diz que “nada está descartado”, incluindo o uso de tropas ocidentais, para impedir que a Rússia vença a guerra na Ucrânia](#)

[xv] Hans Kundnani, *Eurowhiteness, Culture, Empire and Race in the European Project*, C Hurst & Co Publishers Ltd, Londres, 2023.

[xvi] Daniel Bensaïd, *Fragments mécréants: sur les mythes identitaires et la république imaginaire*, Lignes, Essais, 2005, reimpresso em 2018.

[xvii] Para dar um exemplo dos negócios lucrativos da guerra na Ucrânia para as empresas de armas europeias. Entre elas, a multinacional alemã Rheinmetall, fabricante do tanque Leopard, cujo valor de mercado mais do que quadruplicou desde a guerra na Ucrânia, enquanto viu um aumento acentuado nas encomendas de governos ocidentais que buscam reabastecer seus estoques depois de fornecer grandes quantidades de armas a Kiev.

[xviii] ReCommonsEurope: Manifesto por um Novo Internacionalismo Popular na Europa, 2019, <https://www.cadtm.org/ReCommonsEurope-Manifesto-for-a-New-Popular-Internationalism-in-Europe>

**A Terra é Redonda existe graças aos nossos leitores e apoiadores.
Ajude-nos a manter esta ideia.**

CONTRIBUA